

Superior Tribunal de Justiça

**RtPaut no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.313.313 - SP
(2018/0149703-3)**

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
REQUERENTE : CUMMINS BRASIL LIMITADA
ADVOGADO : VICENTE COELHO ARAÚJO - DF013134
ADVOGADOS : THERA VAN SWAAY DE MARCHI - SP124527
CAMILLA FERNANDES CARDOSO MARCELLINO - SP389109
REQUERIDO : ALEXANDRE DE ANDRADE JUNIOR
ADVOGADOS : YOON HWAN YOO E OUTRO(S) - SP216796
ELEN RAMOS SILVA - DF046739
INTERES. : CLUBE SUL AMÉRICA SAÚDE VIDA E PREVIDÊNCIA
ADVOGADO : LUIZ FELIPE CONDE - SP310799

DECISÃO

Cuida-se de petição acostada CUMMINS DO BRASIL LTDA (e-STJ fls. 886/891), na qual aduz a afetação do tema ao rito dos recursos repetitivos (Tema 1.034 do STJ), para definir quais condições assistenciais e de custeio do plano de saúde devem ser mantidas a beneficiários inativos, nos termos do art. 31 da Lei n. 9.656/1998, determinando a suspensão do processamento dos recursos especiais e agravos em recurso especial que versem sobre idêntica questão de direito e estejam pendentes de apreciação em todo o território nacional. Requer o sobrestamento do feito até a decisão desta Corte Superior.

Subsidiariamente, a agravante manifesta sua oposição ao julgamento virtual do seu agravo interno, requerendo a inclusão do recurso na pauta presencial.

É o relatório. Decido.

Na hipótese, verifica-se que a decisão ora recorrida (publicada em 25/06/2019) é anterior à afetação do Tema (05/11/2019). Assim, não há que se falar em suspensão processual.

Ressalte-se que, a determinação de suspensão do processamento dos recursos especiais e agravos em recurso especial que versem acerca de questão afetada para julgamento sob o rito dos repetitivos, é para aqueles que estejam pendentes de apreciação em todo o

Superior Tribunal de Justiça

território nacional, no segundo grau de jurisdição ou nesta Corte.

Quanto ao pedido de inclusão do recurso na pauta presencial, o art. 184-D, parágrafo único, II, do RISTJ, determina que *"as partes, por meio de advogado devidamente constituído, bem como o Ministério Público e os defensores públicos poderão apresentar memoriais e, de forma fundamentada, manifestar oposição ao julgamento virtual ou solicitar sustentação oral, observado o disposto no art. 159"*.

Contudo, a irresignação da agravante não contém fundamentação apta a ensejar o acolhimento do pedido deduzido. O agravo interno constitui espécie recursal expressamente autorizada pelo Regimento Interno (art. 184-A, parágrafo único, II) a ser incluída nesta modalidade de julgamento, sobretudo porque não admite a realização de sustentação oral na sessão presencial (art. 159 do RISTJ).

Forte nessas razões, indefiro os pedidos de suspensão do processo e de retirada do AgInt no AREsp 1.313.313/SP da pauta virtual.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Ministra